

A nova dimensão da coisa julgada

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA

# A NOVA DIMENSÃO DA COISA JULGADA

Atualizado em 2011, este livro oferece uma análise crítica e atualizada da coisa julgada, abordando os aspectos mais relevantes da matéria.

160 páginas • 15,00 x 21,00 cm • 1ª edição

Para adquirir este livro, visite o site [www.thomson.com.br](http://www.thomson.com.br) ou ligue para o número 0800-703-2332.

Para Silva Daniele Alrike Arazi da Silva, por tudo, com muito amor!

Orlando Mascari, um homem, a pessoa mais generosa que conheci.  
Profissional

1ª edição • 15,00 x 21,00 cm • 160 páginas



0800-703-2332

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**IVIE A. M. LOUREIRO GOMES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Bruno Capassi, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Meihado Navarra e Rafaella Araujo Akiyama

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo e Jessica Peltz

*Estagiária:* Sthefany Moreira Barros

*Capa:* Linotec

*Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Silva, Ricardo Alexandre da

A nova dimensão da coisa julgada / Ricardo Alexandre da Silva. - São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-285-9

1. Coisa julgada 2. Coisa julgada (Processo civil) 3. Processo civil I. Título.

18-22911

CDU-347.953

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Coisa julgada : Direito processual civil 347.953  
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>I. PROCESSO CIVIL E SEGURANÇA JURÍDICA.....</b>	<b>17</b>
1.1. Segurança jurídica e previsibilidade.....	17
1.1.1. Racionalidade e previsibilidade do Direito: análise da tipologia weberiana.....	21
1.1.2. Preclusão, previsibilidade, orientação das partes no processo e outras estabilidades processuais .....	30
1.1.3. Tutela do Direito e previsibilidade do resultado do processo .....	34
1.1.4. Igualdade e processo.....	36
1.1.4.1. Igualdade perante a lei e igualdade na lei.....	36
1.1.4.2. Igualdade no debate processual .....	37
1.1.4.3. Igualdade pelo processo.....	38
1.1.5. Liberdade e processo .....	40
1.1.5.1. Liberdade em suas acepções negativa e positiva.....	40
1.1.5.2. Liberdade das partes e processo colaborativo .....	44
1.1.5.3. Tutela jurisdicional do direito e liberdade.....	48
1.1.6. Síntese de ideias.....	52
<b>II. COISA JULGADA: NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>55</b>
2.1. Conceito.....	55
2.2. Definição segundo o direito positivo .....	61
2.3. Restrição da coisa julgada às decisões de mérito.....	65
2.3.1. Polêmica sobre as condições da ação.....	67
2.3.2. Interesse e legitimidade no CPC/2015 .....	71

2.3.3. Pressupostos processuais.....	76
2.3.4. Decisões processuais e inexistência de coisa julgada .....	79
2.3.5. Código de Processo Civil e pluralidade de eficácias estabilizadoras.....	85
2.4. Coisa julgada e estabilização do conteúdo da decisão de mérito.....	87
2.5. Teorias substancial e processual da coisa julgada.....	98
2.6. Coisa julgada formal e coisa julgada material: insubsistência da bipartição.....	103
2.7. Motivos, fatos e coisa julgada .....	108
2.8. Cognição e coisa julgada .....	111
2.8.1. Cognição no julgamento antecipado parcial do mérito.....	115
2.8.2. Cognição nas tutelas de urgência e de evidência .....	117
2.8.3. Cognição e procedimento monitório .....	122
2.9. Eficácias negativa e positiva da coisa julgada .....	123
<b>III. MÉRITO: ELEMENTOS INTEGRANTES E IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>125</b>
3.1. Conceito de lide e sua inadequação para definir o mérito .....	125
3.2. Debate sobre o objeto litigioso do processo .....	133
3.3. O objeto litigioso na doutrina brasileira: introdução.....	141
3.4. Mérito e seu conteúdo: pedido, causa de pedir e exceção substancial.....	145
3.4.1. Objeto litigioso, pretensão e mérito: sinonímia.....	145
3.4.2. Inadequação do conceito de ação de direito material para definir o mérito .	146
3.4.3. Análise do pedido e da causa de pedir na definição do mérito.....	149
3.4.4. Resposta e ampliação do mérito .....	158
3.4.5. Intervenção espontânea de terceiros e ampliação do mérito .....	164
3.4.6. Arremate da discussão.....	167
3.5. Tríplice identidade.....	168
3.5.1. Causa de pedir .....	171
3.5.1.1. Teorias da individualização e da substanciação .....	171
3.5.1.2. Ações autodeterminadas e heterodeterminadas .....	174
3.5.1.3. Balanço da polêmica .....	177
3.5.1.4. Causas de pedir ativa e passiva, abrangentes e não abrangentes.....	185
3.5.1.5. Cumulação de demandas, fatos essenciais e secundários .....	186
3.5.1.6. Concurso de leis e concurso de demandas .....	188
3.5.2. Pedido .....	189

3.5.2.1. Cumulação de pedidos .....	192
3.5.3. Partes .....	193
3.6. Univocidade do objeto litigioso .....	193
<b>IV. QUESTÕES PREJUDICIAIS DE MÉRITO E AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....</b>	<b>195</b>
4.1. Questões prévias: preliminares e prejudiciais.....	197
4.1.1. Prejudicialidades lógica e jurídica: ainda o debate sobre a autonomia.....	206
4.1.2. Prejudicialidades homogênea e heterogênea, interna e externa .....	209
4.1.3. Prejudicialidades lógica e técnica .....	210
4.2. Limites objetivos da coisa julgada no Brasil: o estado d'arte antes do CPC/2015	217
4.2.1. Coisa julgada e premissa da decisão: regime do CPC/1939 .....	217
4.2.2. Coisa julgada e restrição ao dispositivo: regime do CPC/1973 .....	222
4.3. Coisa julgada sobre questões prejudiciais: regime do CPC/2015 .....	224
4.3.1. Questões prejudiciais de mérito decididas expressa e incidentemente.....	230
4.3.2. Imutabilização de pontos prejudiciais: impossibilidade.....	233
4.3.3. Desnecessidade de pedido e de atuação do juízo.....	236
4.3.4. Importância da questão para o julgamento do mérito: são imutabilizadas as questões prejudiciais decididas contrariamente ao vencedor?.....	240
4.3.5. Contraditório prévio, efetivo e impossibilidade da ampliação dos limites objetivos da coisa julgada na hipótese de caracterização dos efeitos substanciais da revelia.....	244
4.3.6. Competência em razão da matéria e da pessoa .....	249
4.3.7. Limitações probatórias, cognições sumária e parcial .....	251
4.3.7.1. Limitações probatórias e impossibilidade de estabilização da questão prejudicial.....	251
4.3.7.2. Cognição sumária .....	255
4.3.7.3. Cognição parcial.....	255
4.3.8. Litisconsórcio necessário e unitário para a questão prejudicial, mas facultativo para a principal: inviabilidade de ampliação dos limites objetivos da questão prejudicial decidida desfavoravelmente aos litisconsortes .....	257
4.3.9. Ausência de interesse processual no ajuizamento de ação declaratória incidental .....	260
4.3.10. Julgamento antecipado, fracionamento do mérito e questões prejudiciais	263

4.3.11. Redimensionamento da reconvenção e do interesse recursal e possibilidade de ajuizamento de ação rescisória contra decisão de questão prejudicial.....	265
4.3.12. Convenções processuais e coisa julgada sobre questão .....	268
4.3.13. Questão prejudicial, <i>collateral estoppel</i> e incidente de resolução de demandas repetitivas.....	270
4.3.14. Direito intertemporal.....	272
4.4. Imutabilização da questão prejudicial e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	272
4.4.1. Objeto da eficácia preclusiva .....	273
4.4.2. Teoria ampliativa da eficácia preclusiva.....	281
4.4.3. Questões prejudiciais e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	285
4.5. Questões prejudiciais e limites temporais da coisa julgada.....	285
4.6. Questão prejudicial e anotação pelo distribuidor .....	287
4.7. Coisa julgada em favor de terceiros e as questões prejudiciais .....	288
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>293</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>299</b>